

OFÍCIO Nº 193/2020/AA-CD/ANA
Documento nº 02500.054559/2020-04

Brasília, 16 de novembro de 2020.

Ao Senhor
Sérgio Luiz Soares de Souza Costa
Secretário Executivo
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
SEPN, Quadra 505, Lote 02, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º Andar
70730-540 – Brasília – DF

Assunto: Oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF.
Referência: 02501.000006/2001

Senhor Secretário Executivo,

1. Em atenção ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que versa sobre a oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para a prorrogação dos prazos de início e conclusão da implantação de empreendimento definidos no ato da outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, encaminho-lhe cópia do pedido de prorrogação do prazo solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional para entrada em operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
2. Dessa forma, solicitamos a oitiva do CNRH em sua próxima reunião plenária.
3. Em anexo, encaminho-lhe a Nota Técnica nº 8/2020/COOUT/SRE, que contém as considerações técnicas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico acerca da referida solicitação de prorrogação de prazo, em que se manifesta favorável.



4. Na oportunidade, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para informações adicionais, se necessárias.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE
Diretor-Presidente Substituto

NOTA TÉCNICA Nº 8/2020/COOUT/SRE
Documento nº 02500.053347/2020-00

Brasília, 10 de novembro de 2020.

Ao Superintendente de Regulação Substituto

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento de condicionante da outorga de direito de uso de recursos hídricos do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF

Referência: 02501.000006/2001

1. O Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR solicitou, por meio do Ofício n. 581/2020/SNSH-MDR, de 01 de outubro de 2020, recebido pela Agência Nacional de Água em 02 de outubro de 2020 (documento 02500.047540/2020), **prorrogação** do prazo de início da operação da primeira fase do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
2. A Resolução ANA n. 411, de 22 de setembro de 2005, que outorgou ao então Ministério da Integração Nacional – MI o direito de uso de recursos hídricos para captação de água no rio São Francisco para o PISF, estabelece como uma de suas condicionantes, em seu art. 4º, inciso III, que o início da operação da primeira fase do empreendimento **deverá** acontecer em até seis anos, contados da data de **publicação** dessa Resolução. O estabelecimento dessa condicionante está de acordo com a Lei Federal n. 9.984/2000, que, no art. 5º, inciso II, estabelece o prazo de até seis anos para **conclusão** da implantação do empreendimento projetado.
3. Também merece destaque a condicionante referente ao inciso IV do art. 4º, segundo a qual **deverá** haver a **implantação**, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de **operação** e **manutenção** do empreendimento. Ressalta-se que o não cumprimento das condicionantes da outorga pode implicar em sua **suspensão**, parcial ou total, em definitivo ou por tempo determinado, conforme previsto no art. 15 da Lei n. 9.433/1997.
4. A solicitação de **prorrogação** do prazo para início da operação da primeira fase do empreendimento também está embasada na Lei n. 9.984/2000, que no §2º do art. 5º estabelece que os prazos determinados para início (até dois anos) e **conclusão** (até seis anos) do empreendimento **poderão** ser ampliados quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.



Histórico de solicitações de prorrogação de prazos

5. Previamente à expiração do prazo estabelecido na Resolução n. 411/2005, a primeira solicitação de prorrogação de prazo, por três anos, foi apresentada em junho de 2011, com as devidas justificativas. Após oitiva do CNRH, a ANA, por meio da Resolução n. 37/2012, prorrogou o prazo para início da operação da primeira fase do empreendimento até 26 de setembro de 2014.

6. A segunda solicitação de prorrogação de prazo, por dois anos, para início da operação do empreendimento foi feita em março de 2014, com apresentação de justificativas. Posterior à oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução n. 1.202/2014, que mais uma vez alterou o inciso III do art. 4º da Resolução n. 411/2005, prorrogando o início da operação da primeira fase do empreendimento até 26 de setembro de 2016.

7. A terceira solicitação de alteração da condicionante do inciso III do art. 4º da Resolução ANA n. 411/2005, com prorrogação de prazo por dezoito meses para início da operação do empreendimento, foi feita em 10 de maio de 2016, quando foram apresentadas as devidas justificativas. Após oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução n. 1.133/2016, prorrogando o prazo dessa condicionante até 26 de março de 2018.

8. Ressalta-se que a Resolução n. 1.133/2016, além de prorrogar o prazo da condicionante, também alterou a Resolução n. 411/2005 em outros aspectos, tais como: acrescentou a outorga de 28 barramentos e suas estruturas associadas, pertencentes aos Eixos Norte e Leste do PISF, com consequente vinculação da barragem ao empreendedor, para que a ANA pudesse fiscalizar a segurança dessas estruturas; definiu a necessidade de as retiradas de água nos portais ou pontos de entrega de água constarem no Plano de Gestão Anual e serem aprovadas pela ANA; e descreveu novos potenciais portais ou pontos de entrega de água do PISF.

9. A quarta solicitação de prorrogação de prazo foi encaminhada em 21 de dezembro de 2017, em que o MI apresentou justificativas operacionais relacionadas, principalmente, a não-conformidades para conclusão física do empreendimento no Eixo Leste. Também foram apresentadas justificativas relacionadas à gestão do PISF, incluindo a ausência de assinatura do contrato de prestação de serviço de adução de água bruta entre a Operadora Federal e as Operadoras Estaduais, visando ao início da operação comercial do PISF. Após oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução n. 301/2018, que alterou o inciso III do art. 4º da Resolução n. 411/2005, prorrogando o início da operação da primeira fase do empreendimento até 31 de dezembro de 2018.

10. A solicitação de prorrogação seguinte foi realizada em 14 de novembro de 2018, em que o MI encaminhou o Ofício n. 584/2018-SIH/MI, requerendo a postergação da validade da condicionante por mais um ano. Após nova oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução n. 2.122/2018, alterando mais uma vez o inciso III do art. 4º da Resolução n. 411/2005, para que a validade da condicionante passasse a ser 31 de dezembro de 2019, data atualmente vigente.



11. Por fim, a última solicitação de prorrogação foi feita por meio do Ofício n. 1803/2019/GM-MDR, de 31 de outubro de 2019, para que a condicionante passasse a vencer em 31 de julho de 2020. Depois de ouvido o CNRH, a ANA emitiu a Outorga n. 3.082, de 26 de dezembro de 2019, mudando o prazo conforme solicitado pelo MDR. Entretanto, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19, a ANA, por meio da Resolução n. 21, de 20 de abril de 2020, prorrogou os prazos de vencimento de todas as outorgas e de todas as condicionantes até 31 de dezembro de 2020.

Andamento das obras

12. De acordo com o MDR, o Governo Federal estimou inicialmente a conclusão das obras do PISF em 2012. Diante da complexidade de execução do empreendimento, que envolve a construção de 477 km de canais, 4 túneis, 14 aquedutos, 9 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 9 subestações de 230kV, além de 270 km de linhas de transmissão em alta tensão, o cronograma da obra em geral não permitiu atender à previsão inicial.

13. Em relação ao estágio atual do PISF, quanto ao Eixo Norte, após a necessidade de rescisão contratual com duas empresas diferentes, o Ministério contratou o consórcio Ferreira Guedes-Toniolo, que está atendendo a contento os seus comandos, que por sua vez variam em função da disponibilidade orçamentária do Ministério. Em agosto de 2018, a condução da água pela infraestrutura foi paralisada devido a algumas não-conformidades na obra, que impediram o cumprimento da previsão de chegada das águas ao reservatório de Jati no 3º trimestre do referido ano. Após adoção das devidas medidas construtivas, em agosto de 2019 as estações de bombeamento puderam ser religadas para continuar com o cronograma de testes. Porém em 21 de agosto de 2020, houve um rompimento do conduto forçado que alimenta a válvula e causou um forte jato de água em direção ao pé do talude de jusante, de forma que está sendo realizada perícia para o levantamento das causas do rompimento e a proposta de intervenção para o saneamento da situação, bem como devem ser atendidas as pendências listadas no relatório da Inspeção de Segurança Especial - ISE exigido pela ANA. Em setembro de 2020, esse Eixo encontrava-se com 97,13% de execução física.

14. Já o Eixo Leste, em março de 2017, atingiu 100% de execução operacional (caminho das águas), percentual que considera apenas as estruturas que permitem a passagem da água. Inclusive a água aduzida pelo PISF foi capaz de abastecer municípios nordestinos na região de Boqueirão-PB e Sertânia-PE, contribuindo para que saíssem de um severo racionamento de água. No início de 2019, a construtora responsável pelas estruturas remanescentes do Eixo Leste abandonou a obra, o que levou o MDR a rescindir unilateralmente os contratos e identificar e quantificar os serviços remanescentes para subsidiar nova contratação com edital previsto para o final de 2020 e estimativa de 18 meses de duração dos serviços. Porém as estruturas do "caminho das águas" foram testadas ao longo de todo o período de pré-operação e já são consideradas pelos estados como fonte para sistemas de abastecimento, a despeito da não formalização da operação comercial. Entretanto, ainda



restam incertezas quanto à solução de não-conformidades relacionadas à segurança da barragem de Cacimba Nova.

Requisitos para início da operação comercial e gestão do PISF

15. Cabe destacar que a caracterização do início da operação a que se refere o inciso III do art. 4º da Resolução n. 411/2005 foi estabelecido formalmente pelo artigo 8º da Resolução ANA n. 2.333, de 17 dezembro de 2017, nos seguintes termos:

Art. 8º A Operadora Federal iniciará a operação comercial com cobrança de tarifas após assinatura do contrato entre a Operadora Federal e a Operadora Estadual, aprovação do PGA pela ANA, assinatura e publicação do primeiro PGA, e comprovação da instalação, calibração e testes dos equipamentos de medição de vazões situados nas estações de bombeamento e nos Pontos de Entrega ativos no trecho que entrará em operação comercial.

16. Nesse sentido, o MDR apresentou o andamento de cada requisito, reproduzido no Quadro 1.

Quadro 1 – Andamento dos requisitos para início da operação comercial

Requisitos	Respostas
Emissão da Licença de Operação	Em outubro de 2018 o Ibama concedeu a Licença de Operação nº 1464/2018 ao Eixo Leste.
Aprovação do Plano de Gestão Anual	Os Estados beneficiados apresentaram seus Planos Operativos Anuais à Codevasf seguindo os parâmetros e prazos estabelecidos pela ANA. Não há sinais que esse item seja um possível motivo para atrasar o início da operação comercial.
Instalação e aferição de medidores de vazão	Os medidores dos principais Pontos de Entrega se encontram em funcionamento. A conexão dos medidores ao sistema de automação do PISF e sua operação em tempo real ainda não foi possível por questões de segurança. O MDR já iniciou o trabalho para realizar a aferição e teste dos medidores.

Assinatura do contrato de prestação do serviço de adução de água bruta do PISF e início da cobrança de tarifas.	Resolução via arbitragem no âmbito da Advocacia-Geral da União.
---	---

17. Do ponto de vista da gestão do PISF, em dezembro de 2017 foi emitida ordem de serviço para empresa contratada para os serviços de pré-operação do PISF, que desde então tem se responsabilizado pela pré-operação do Eixo Leste. Além disso, diante da dificuldade na assinatura dos contratos de prestação de serviço, em dezembro de 2018 o MDR solicitou à Advocacia-Geral da União – AGU uma análise de admissibilidade para tratar na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF o impasse entre a União e os Estados Beneficiados sobre modelo de pagamento e garantias que vinham impedindo a assinatura do contrato de prestação de serviço de adução de água bruta do PISF. Em fevereiro de 2019, o MDR apresentou a proposta individualmente aos Governadores dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, que se manifestaram favoravelmente, e então houve a admissão formal na CCAF em 08 de abril de 2019.

18. O conciliador designado organizou reuniões com cada estado, de forma que já ocorreram muitos avanços relacionados à definição quanto ao modelo de pagamento e garantias, porém ainda há alguns pontos a serem acordados para uma conclusão favorável até o fim de 2020.

19. Entretanto, mesmo diante das expectativas promissoras, tendo em vista as diretrizes adotadas pelo MDR de pautar sua ação em uma racionalidade mais prudente com o objetivo de seguir boas práticas para a segurança de suas infraestruturas e tratar adequadamente os riscos, principalmente, de cumprimento de cronogramas, o Ministério assumiu a postura prudente de solicitar a alteração da condicionante III do art. 4º, da Resolução ANA nº 411/2005, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF para até 31 de dezembro de 2022.

20. Diante do exposto, considerando a afirmativa do MDR de que há incerteza quanto à solução das não-conformidades do Reservatório de Cacimba Nova, no Eixo Leste, e as dificuldades da operação no Eixo Norte vindas do incidente no reservatório de Jati; considerando o porte, a complexidade e a importância social do empreendimento, demonstrados na Nota Técnica n. 653/2014/GEOUT/SRE-ANA (Documento n. 00000.014193/2014); e diante do avanço das tratativas na CCAF, esta Nota Técnica é favorável a acatar o pedido de prorrogação do prazo para início da operação comercial do PISF.

21. Assim, recomenda-se que o pedido do MDR e esta Nota Técnica sejam enviados ao CNRH por meio de ofício, solicitando, portanto, na próxima reunião plenária, a oitiva do referido Conselho acerca do pedido de prorrogação do prazo de entrada em operação do PISF, em cumprimento ao §2º do art. 5º da Lei 9.984/2000.



22. Por fim, encaminha-se, em anexo, a minuta de Outorga que altera a Resolução n. 411/2005.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
PRISCYLA CONTI DE MESQUITA
Coordenadora de Outorga

De acordo. Encaminhe-se ao Diretor de **Regulação** para posterior encaminhamento à Diretora Presidente.

(assinado eletronicamente)
PATRICK THOMAS
Superintendente Regulação Substituto

OUTORGA Nº @@txt_identificacao@@, DE @@txt_dt_documento_maiusculo@@.
Documento nº @@nup_protocolo@@

A DIRETORA-PRESIDENTE da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, incisos IV e XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução n. 76, de 25 de setembro de 2019, torna público, *ad referendum* da DIRETORIA COLEGIADA, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nos elementos constantes no Processo nº 02501.000006/2001, resolveu:

Art. 1º Alterar o inciso III do art. 4º da Resolução ANA n. 411, de 22 de setembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

III – início da operação da primeira fase do empreendimento até 31 de dezembro de 2022; e”.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA